Clima, conflitos, calor extremo e negociações internacionais marcam a agenda ambiental global

El clima, los conflictos, el calor extremo y las negociaciones internacionales dominan la agenda medioambiental mundial

Climate, Armed Conflicts, Extreme Heat, and International Negotiations Shape the Global Environmental Agenda

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: As últimas semanas foram marcadas por importantes avanços e alertas na agenda internacional de clima e saúde. O principal destaque é o relatório da Global Climate and Health Alliance, que demonstra que mudanças climáticas, conflitos armados e saúde pública constituem uma "policrise", na qual cada crise intensifica os impactos da outra sobre a saúde, os sistemas de saúde, a segurança alimentar e os ecossistemas. O documento evidencia que conflitos armados não apenas destroem infraestrutura e ampliam crises humanitárias, mas também contribuem significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, embora essas emissões permaneçam amplamente ausentes dos mecanismos internacionais de transparência climática. Paralelamente, o verão de 2026 no Norte registrou algumas das mais severas ondas de calor já observadas, com temperaturas recordes, milhares de mortes relacionadas ao calor na Europa, incêndios florestais de grande magnitude e impactos crescentes sobre a saúde e a segurança energética. Em preparação para a COP31, que será realizada na Turquia em novembro, avançam as negociações sobre eletrificação, financiamento climático e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, enquanto a Climate Week NYC reforça a implementação de soluções climáticas, consolidando a saúde como uma das principais prioridades da agenda internacional. Estudos científicos divulgados nas últimas semanas também reforçam que o aquecimento global causado pelas atividades humanas está aumentando significativamente a frequência e a intensidade dos eventos extremos, evidenciando a necessidade de integrar políticas de clima, saúde, energia e construção da paz para fortalecer a resiliência das sociedades frente aos desafios globais.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Conflitos armados; Saúde; COP31; Ondas de calor.

Resumen: *Las últimas semanas han estado marcadas por importantes avances y advertencias en la agenda internacional sobre clima y salud. El informe de la Alianza Mundial por el Clima y la Salud (Global Climate and Health Alliance, por sus siglas en inglés) es el más destacado, ya que demuestra que el cambio climático, los conflictos armados y la salud pública constituyen una "policrisis", en la que cada crisis intensifica los impactos de la otra en la salud, los sistemas de salud, la seguridad alimentaria y los ecosistemas. El documento muestra que los conflictos armados no solo destruyen infraestructuras y amplifican las crisis humanitarias, sino que también contribuyen significativamente a las emisiones de gases de efecto invernadero, si bien estas emisiones permanecen en gran medida ausentes de los mecanismos internacionales de transparencia climática. Paralelamente, el verano de 2026 en el Ártico registró algunas de las olas de calor más severas jamás observadas, con temperaturas récord, miles de muertes relacionadas con el calor en Europa, incendios forestales a gran escala y crecientes impactos en la salud y la seguridad energética. En preparación para la COP31, que se celebrará en Turquía en*

noviembre, avanzan las negociaciones sobre electrificación, financiación climática y fortalecimiento de sistemas de salud resilientes, mientras que la Semana del Clima de Nueva York refuerza la implementación de soluciones climáticas, consolidando la salud como una de las principales prioridades de la agenda internacional. Los estudios científicos publicados en las últimas semanas también refuerzan la idea de que el calentamiento global causado por las actividades humanas está aumentando significativamente la frecuencia e intensidad de los fenómenos extremos, lo que subraya la necesidad de integrar políticas climáticas, de salud, energéticas y de consolidación de la paz para fortalecer la resiliencia de las sociedades frente a los desafíos globales.

Palabras clave: *Cambio climático; Conflictos armados; Salud; COP31; Olas de calor.*

Abstract: *The past few weeks have been marked by significant developments and growing concerns across the global climate and health agenda. A major highlight is the recent report from the Global Climate and Health Alliance, which argues that climate change, armed conflict, and public health constitute a "polycrisis", in which each crisis amplifies the impacts of the others on human health, health systems, food security, and ecosystems. The report demonstrates that armed conflicts not only destroy infrastructure and exacerbate humanitarian crises but also contribute substantially to greenhouse gas emissions, while these emissions remain largely absent from international climate transparency and accountability mechanisms. At the same time, the Northern Hemisphere summer of 2026 experienced some of the most severe heatwaves on record, with unprecedented temperatures, thousands of heat-related deaths across Europe, large-scale wildfires, and increasing impacts on public health and energy security. In preparation for COP31, to be held in Türkiye this November, international negotiations are advancing on key issues such as electrification, climate finance, and strengthening climate-resilient health systems. Meanwhile, Climate Week NYC continues to promote the implementation of climate solutions, further positioning health as one of the central priorities of the global climate agenda. Recent scientific studies have also reinforced that human-induced global warming is significantly increasing the frequency and intensity of extreme weather events, underscoring the urgent need to integrate climate, health, energy, and peacebuilding policies to strengthen societal resilience in the face of growing global challenges.*

Keywords: *Climate change; Armed conflict; Health; COP31; Heatwaves*.

1. Global Climate and Health Alliance: Relatório Mudanças Climáticas, Conflitos Armados e Saúde Pública Global: Um Ciclo Reforçador de Danos



As mudanças climáticas e os conflitos armados representam dois dos maiores desafios para a saúde pública global no século XXI. Tradicionalmente tratados como crises distintas, esses fenômenos são cada vez mais reconhecidos como processos interdependentes que se reforçam mutuamente, produzindo impactos crescentes sobre a saúde humana, os sistemas de saúde, a segurança alimentar, os ecossistemas e o desenvolvimento sustentável. Em um cenário caracterizado pelo aumento das temperaturas globais, pela maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e pelo crescimento do número de conflitos armados — o maior desde a Segunda Guerra Mundial —

torna-se evidente que compreender as conexões entre clima, meio ambiente, segurança e saúde é fundamental para o planejamento de respostas eficazes. Essas conexões são tratadas no relatório produzido pela Global Climate and Health Alliance (GCHA), intitulado *Climate Change, Armed Conflict, and Global Public Health: A Reinforcing Cycle of Harm*. Neste informe vamos trazer os principais destaques dessas relações apresentadas no relatório, que são apresentadas separadamente para melhor entender a sinergia do seu impacto nos sistemas de saúde e na saúde humana e ambiental.

1.1 Conflitos Armados e Saúde: impactos diretos, indiretos e o colapso dos sistemas de saúde

As guerras produzem consequências igualmente profundas às da mudança climática, tanto imediatas quanto de longo prazo. Os impactos da violência armada vão muito além das mortes ocorridas nos campos de batalha: eles desestruturam completamente os sistemas de saúde, comprometem os determinantes sociais da saúde e aumentam o risco de epidemias, crises humanitárias e colapso institucional. O relatório demonstra que, embora o Direito Internacional Humanitário estabeleça normas para proteger civis, profissionais de saúde e infraestrutura médica, essas normas têm sido repetidamente violadas nos conflitos contemporâneos, ampliando ainda mais o sofrimento das populações afetadas.

Os conflitos armados produzem **efeitos diretos e indiretos sobre a saúde**. Os impactos diretos incluem mortes, lesões traumáticas, mutilações permanentes, violência física, violência sexual e de gênero, além de graves consequências psicológicas decorrentes da exposição contínua à violência. Entretanto, segundo o documento, são frequentemente os impactos indiretos que geram o maior número de vítimas ao longo do tempo. A destruição da infraestrutura de saúde, o deslocamento populacional, a perda de moradias, a interrupção do abastecimento de água e alimentos e o colapso dos serviços públicos reduzem drasticamente a capacidade das populações de prevenir e tratar doenças. Dessa forma, conflitos armados transformam condições de saúde potencialmente controláveis em crises humanitárias prolongadas, aumentando significativamente a morbidade e a mortalidade mesmo entre indivíduos que nunca sofreram diretamente um ataque militar.

Um dos principais argumentos do relatório é que os conflitos contemporâneos vêm sendo caracterizados por violações cada vez mais frequentes do **Direito Internacional Humanitário (DIH)**. Embora as Convenções de Genebra determinem a proteção de civis, profissionais de saúde e instalações médicas durante conflitos armados, o relatório demonstra que esses princípios têm sido sistematicamente desrespeitados. A violência direcionada aos serviços de saúde tornou-se uma característica recorrente dos conflitos atuais, comprometendo profundamente a capacidade de resposta dos sistemas nacionais de saúde. O documento lembra que os conflitos variam em intensidade, duração e natureza — podendo ser internacionais ou não internacionais —, mas ressalta que, independentemente da classificação jurídica, os impactos sobre a saúde pública tendem a ser devastadores quando hospitais, ambulâncias e profissionais de saúde passam a ser alvos diretos das hostilidades.

Para ilustrar essa realidade, o relatório apresenta dados recentes da **Safeguarding Health in Conflict Coalition (SHCC)**. Em **2024 foram documentados 3.623 incidentes de violência ou obstrução contra serviços de saúde em áreas de conflito**, o maior número já registrado pela organização. Esse valor representa um aumento de **15% em relação a 2023** e de **62% em comparação com 2022**, refletindo principalmente a intensificação dos conflitos na Ucrânia, Sudão, Líbano, Myanmar e nos Territórios Palestinos Ocupados. O crescimento contínuo

desses ataques demonstra que a proteção dos serviços de saúde durante conflitos armados vem se deteriorando rapidamente, colocando em risco tanto pacientes quanto profissionais responsáveis pelo atendimento das populações afetadas.

O conflito na Ucrânia é utilizado como um dos principais exemplos dessa tendência. Segundo o relatório, foram registrados **103 ataques relacionados aos serviços de saúde**, dos quais **89 tiveram como alvo estabelecimentos de saúde** e **13 atingiram meios de transporte sanitário**, como ambulâncias. Além dos danos físicos às instalações, esses ataques interrompem cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, vacinação, atendimento obstétrico e serviços de emergência. Hospitais destruídos ou parcialmente danificados tornam-se incapazes de atender tanto vítimas da guerra quanto pacientes com outras condições clínicas, ampliando significativamente a carga de doenças e a mortalidade evitável.

O relatório enfatiza que a destruição dos sistemas de saúde vai muito além da perda de edifícios. Em cenários de guerra, profissionais de saúde frequentemente são mortos, feridos ou obrigados a abandonar as áreas afetadas, medicamentos deixam de chegar aos hospitais, cadeias logísticas são interrompidas e o fornecimento de energia elétrica e água torna-se instável. Como consequência, doenças comuns deixam de ser tratadas adequadamente, programas de saúde pública são interrompidos e aumenta o risco de agravamento de condições crônicas e infecciosas. Assim, o conflito armado compromete simultaneamente a oferta e a demanda por serviços de saúde, reduzindo a capacidade do sistema justamente quando a necessidade de assistência médica aumenta drasticamente.

O relatório demonstra que guerras interrompem mecanismos fundamentais para a prevenção e controle de doenças infecciosas. A destruição dos sistemas de vigilância, dos laboratórios, das cadeias de suprimentos médicos e dos programas de vacinação reduz significativamente a capacidade dos países de detectar precocemente surtos e responder de forma rápida às emergências sanitárias. Além disso, o deslocamento de populações, a superlotação de abrigos temporários, a escassez de água potável e as más condições de higiene favorecem a transmissão de diversas doenças infecciosas.

O relatório cita uma série de doenças cuja disseminação é favorecida pelos conflitos armados, incluindo **cólera, COVID-19, tuberculose, Ebola, poliomielite, malária, leishmaniose, sarampo, dengue e meningite bacteriana aguda**. Essas doenças representam importantes ameaças à saúde pública global porque podem rapidamente ultrapassar fronteiras nacionais, especialmente em contextos marcados por deslocamentos populacionais e fragilidade institucional. A interrupção das campanhas de vacinação e das ações de vigilância epidemiológica aumenta significativamente o risco de epidemias prolongadas, com consequências sanitárias e econômicas de grande magnitude.

O relatório utiliza a **República Democrática do Congo (RDC)** como exemplo dessa dinâmica. O país enfrenta, simultaneamente, conflitos armados prolongados e uma emergência sanitária causada pelo vírus Ebola. Segundo o relatório, em **17 de junho de 2026** haviam sido registrados **896 casos confirmados e 232 mortes**. Entretanto, o aspecto central do exemplo não é o número de casos, mas o fato de que o surto ocorre em um contexto de insegurança e deslocamento populacional. Muitas comunidades vivem em áreas de difícil acesso ou controladas por grupos armados, dificultando que equipes de saúde realizem vigilância epidemiológica, identifiquem rapidamente novos casos, rastreiem contatos e implementem medidas de controle. Além disso, a elevada mobilidade das populações deslocadas aumenta o

risco de disseminação da doença para novas regiões, enquanto a fragilidade do sistema de saúde limita a capacidade de diagnóstico, isolamento e tratamento dos pacientes. Dessa forma, o conflito armado não provoca diretamente o surgimento do Ebola, mas **amplia significativamente sua transmissão e dificulta sua contenção**, transformando um surto localizado em uma ameaça muito maior à saúde pública.

Ao longo de todo o relatório, torna-se evidente que a guerra produz uma sucessão de efeitos interligados sobre a saúde pública. Inicialmente, os ataques causam mortes e ferimentos imediatos; em seguida, a destruição da infraestrutura sanitária reduz o acesso aos serviços de saúde; posteriormente, a interrupção dos programas de vigilância, vacinação e controle de doenças favorece o aparecimento de surtos e epidemias; por fim, a degradação das condições de vida, marcada pela escassez de água, alimentos e abrigo, perpetua uma crise sanitária que pode persistir por muitos anos após o término dos combates. Essa sequência de eventos demonstra que os impactos dos conflitos armados sobre a saúde ultrapassam amplamente o período das hostilidades, produzindo consequências de longo prazo para indivíduos, comunidades e sistemas nacionais de saúde.

1.2 Entendendo a relação entre conflitos armados e o meio ambiente

Os conflitos armados provocam impactos ambientais profundos e duradouros que frequentemente persistem muito além do fim das hostilidades. A destruição causada pelas guerras não se limita às perdas humanas e à infraestrutura; ela altera ecossistemas inteiros, degrada recursos naturais essenciais à sobrevivência das populações e compromete a saúde pública por décadas. Dessa forma, os danos ambientais tornam-se mais um mecanismo pelo qual os conflitos agravam crises humanitárias e aumentam a vulnerabilidade das populações.

Os impactos ambientais ocorrem tanto em áreas urbanas quanto rurais. Bombardeios aéreos, explosões e operações militares destroem florestas, alteram a paisagem, degradam o solo e reduzem sua capacidade produtiva. A perda das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo diminui a produção agrícola, reduz a disponibilidade de alimentos e aumenta a insegurança alimentar, afetando diretamente a saúde das populações. Além disso, a degradação ambiental dificulta a recuperação econômica das regiões atingidas e aumenta sua vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Os conflitos também causam graves impactos sobre a biodiversidade. Ecossistemas são destruídos, habitats naturais desaparecem e espécies animais são deslocadas ou eliminadas. Ao mesmo tempo, a contaminação do ar, da água e do solo por combustíveis, metais pesados, explosivos e outras substâncias tóxicas compromete a qualidade ambiental e pode permanecer por muitos anos após o término da guerra. Um exemplo apresentado é a região de **Ypres, na Bélgica**, onde, mais de um século após a Primeira Guerra Mundial, os solos ainda apresentam concentrações elevadas de cobre decorrentes da enorme quantidade de munições utilizadas durante o conflito. Esse exemplo demonstra que os impactos ambientais da guerra podem persistir por gerações.

Em alguns casos, o meio ambiente deixa de ser apenas uma vítima indireta da guerra e passa a ser deliberadamente utilizado como instrumento militar. Um dos exemplos mais conhecidos ocorreu durante a Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos pulverizaram grandes áreas do país com o herbicida **Agente Laranja** para eliminar a cobertura florestal e destruir plantações que serviam de alimento e abrigo às forças inimigas. As consequências desse episódio continuam sendo observadas mais de cinquenta anos depois. Milhões de vietnamitas

e veteranos militares foram expostos ao produto químico, que foi associado ao aumento da ocorrência de diversos tipos de câncer, doenças cardiovasculares, alterações neurológicas e incapacidades físicas. Esse caso ilustra como a utilização de agentes químicos pode produzir efeitos ambientais e sanitários extremamente duradouros.

A degradação ambiental provocada pelos conflitos compromete diretamente a segurança alimentar global. Solos degradados tornam-se menos produtivos, reduzindo a produção agrícola e dificultando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à erradicação da fome e à agricultura sustentável. Essa preocupação é reforçada pela avaliação global conduzida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que concluiu que aproximadamente **33% dos solos do planeta já apresentam algum grau de degradação**. Embora essa degradação tenha múltiplas causas, os conflitos armados representam um importante fator adicional em regiões afetadas pela guerra, agravando um problema que já ameaça a produção mundial de alimentos.

O relatório também reforça os impactos das armas nucleares, consideradas uma das formas mais extremas de degradação ambiental causada por conflitos. Além dos efeitos imediatos provocados pela explosão — como calor intenso, ondas de choque e radiação —, a contaminação radioativa produz consequências sanitárias e ambientais que persistem durante décadas. A exposição à radiação está associada ao aumento de cânceres, infertilidade, abortos espontâneos, malformações congênitas, alterações genéticas hereditárias e graves transtornos psicológicos. A contaminação do solo, da água e do ar também compromete o uso dessas áreas por longos períodos, obrigando populações inteiras a abandonar seus territórios.

Entre 1945 e 2015 foram realizadas 2.055 explosões nucleares em diferentes partes do mundo, a maioria destinada ao desenvolvimento e teste de armas nucleares. [1]Muitos desses testes ocorreram em territórios indígenas e ilhas do Pacífico ocupadas por potências nucleares, expondo comunidades inteiras à radiação e outros contaminantes ambientais. Além dos testes, permanecem como exemplos emblemáticos as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial, cujos efeitos sobre a saúde das populações e sobre o ambiente ainda são estudados décadas depois.

Um dos temas mais relevantes do relatório é a discussão sobre a **pegada de carbono das atividades militares**. O setor militar é responsável por uma parcela significativa das emissões globais de gases de efeito estufa, estimada em aproximadamente **5,5% das emissões mundiais de dióxido de carbono**. Entretanto, esse valor provavelmente está subestimado porque as emissões militares permanecem, em grande parte, excluídas dos mecanismos internacionais de contabilização e transparência climática. Essa ausência de monitoramento representa uma importante lacuna nas políticas globais de mitigação das mudanças climáticas.

[1] A crescente evidência dos impactos ambientais e sanitários levou a uma série de acordos internacionais. O mais importante foi o **Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT)**, aberto para assinatura em 1996. Embora o tratado ainda não tenha entrado formalmente em vigor por falta de ratificação de alguns países-chave, ele estabeleceu uma forte norma internacional contra testes nucleares. Desde então, apenas um pequeno número de explosões nucleares foi registrado, todas conduzidas pela Coreia do Norte entre 2006 e 2017. Em janeiro de 2026, o mundo havia completado **mais de oito anos sem qualquer teste nuclear detectado**, o maior intervalo desde o início da era nuclear em 1945.

Durante conflitos ativos, essas emissões aumentam de forma expressiva. Como exemplo, é citado que a operação militar **Operation Epic Fury, realizada durante o conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã em 2026, gerou aproximadamente 5 milhões de toneladas de dióxido de carbono em apenas 14 dias, volume equivalente às emissões anuais de cerca de 1,1 milhão de automóveis movidos a gasolina**. Esse exemplo evidencia que operações militares de curta duração podem produzir impactos climáticos extremamente elevados, ampliando ainda mais a contribuição dos conflitos para o aquecimento global.

O relatório também discute a relação entre gastos militares e emissões de carbono. Estudos recentes indicam que aumentos nos investimentos em defesa tendem a ser acompanhados por maiores emissões de gases de efeito estufa**. Uma análise citada mostra que o crescimento dos gastos militares durante conflitos como a Guerra ao Terror e a guerra entre Rússia e Ucrânia respondeu por aproximadamente 27% da variação da intensidade global das emissões de CO_2 entre 1995 e 2023**. Caso a tendência de aumento contínuo dos investimentos militares persista, torna-se cada vez mais difícil atingir as metas internacionais de redução das emissões e limitar o aquecimento global.

Em conjunto, os vários capítulos do relatório ampliam a compreensão dos impactos da guerra ao demonstrar que seus efeitos extrapolam as perdas humanas imediatas. Os conflitos degradam ecossistemas, contaminam recursos naturais, comprometem a produção de alimentos, aumentam as emissões de gases de efeito estufa e deixam um legado ambiental que pode persistir por décadas ou mesmo séculos. Dessa forma, os danos ambientais tornam-se mais um componente da crise sanitária associada aos conflitos armados, reforçando a ideia central do relatório de que saúde, meio ambiente, clima e segurança internacional são dimensões profundamente interdependentes.

1.3 As Interseções entre Mudanças Climáticas, Conflitos Armados e Saúde

O quarto capítulo constitui o núcleo do relatório, pois apresenta o conceito central de que **as mudanças climáticas, os conflitos armados e a saúde pública não são crises independentes, mas processos que interagem e se reforçam mutuamente**. Em vez de estabelecer uma relação simples de causa e efeito, o relatório demonstra que as mudanças climáticas funcionam como um **"multiplicador de ameaças" (threat multiplier)**, intensificando vulnerabilidades sociais, econômicas e políticas já existentes. Em países caracterizados por pobreza, desigualdade, instituições frágeis e baixa capacidade de governança, os impactos climáticos tornam-se fatores adicionais que aumentam a instabilidade, favorecem conflitos e agravam crises humanitárias, criando um ciclo contínuo de vulnerabilidade e adoecimento.

A ideia de "multiplicador de ameaças" não significa que as mudanças climáticas sejam uma causa direta das guerras. O relatório enfatiza que conflitos armados resultam de múltiplos fatores políticos, econômicos, sociais e históricos. Entretanto, eventos climáticos extremos podem aumentar tensões existentes ao reduzir a disponibilidade de recursos naturais essenciais à sobrevivência, pressionar instituições públicas já fragilizadas e aprofundar desigualdades. Assim, a mudança do clima passa a atuar como um fator que aumenta a probabilidade de instabilidade em contextos onde já existem vulnerabilidades estruturais.

Um dos principais mecanismos apresentados é a relação entre **eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais e insegurança alimentar**. O aumento da frequência de secas, enchentes e ondas de calor reduz a produtividade agrícola, diminui a disponibilidade de água e compromete os meios de subsistência de milhões de pessoas. Em países altamente

dependentes da agricultura, essas perdas econômicas ampliam a pobreza, aumentam a competição por recursos naturais e favorecem conflitos locais.

O **Sudão do Sul** é utilizado como um exemplo emblemático dessa dinâmica. O país está entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas no mundo e sofre repetidamente com secas prolongadas, enchentes e ondas de calor extremas. Mais de **95% da população depende diretamente de atividades agrícolas sensíveis ao clima**, enquanto a agricultura responde por aproximadamente **um terço do Produto Interno Bruto (PIB)** nacional. As sucessivas perdas agrícolas provocadas pelos eventos climáticos extremos agravaram rapidamente a insegurança alimentar: **o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou de 6,3 milhões em 2022 para mais de 7,8 milhões em 2023**. A redução da produção de alimentos, associada à fragilidade institucional e aos conflitos já existentes, cria um ambiente propício para novas tensões sociais e amplia a necessidade de assistência humanitária.

Além da produção de alimentos, o relatório discute os impactos das mudanças climáticas sobre o chamado nexo água-energia. Alterações nos padrões de precipitação e secas prolongadas reduzem a disponibilidade de água e comprometem simultaneamente a geração de energia, especialmente em regiões que dependem de recursos hídricos. A região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) é apresentada como um exemplo particularmente vulnerável. Considerada uma das regiões que mais rapidamente aquecem no planeta, enfrenta crescente escassez hídrica, elevada demanda energética e forte dependência de combustíveis fósseis. Nesse contexto, a expansão das fontes renováveis de energia é apresentada não apenas como uma estratégia de mitigação das mudanças climáticas, mas também como um mecanismo para fortalecer a segurança energética e reduzir vulnerabilidades geopolíticas.

Outro eixo central do relatório é a relação entre escassez de recursos, migração e deslocamento forçado. À medida que eventos climáticos extremos comprometem a agricultura, a disponibilidade de água e os meios de subsistência, cresce o número de pessoas obrigadas a abandonar suas comunidades. Em muitos casos ocorre inicialmente um deslocamento das áreas rurais para os centros urbanos; posteriormente, quando as condições continuam se deteriorando ou são agravadas por conflitos, surgem fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Em 2026, aproximadamente 123 milhões de pessoas encontravam-se em situação de deslocamento forçado em todo o mundo, sendo que milhões foram deslocadas em consequência de desastres relacionados ao clima. Dados apresentados mostram ainda que, em 2024, **75% das pessoas deslocadas viviam em países severamente afetados pelas mudanças climáticas, enquanto 50% encontravam-se em regiões que enfrentavam simultaneamente ameaças climáticas e conflitos armados,** como Etiópia, Haiti, Myanmar, Somália, Sudão e Síria. Esses números demonstram que clima e conflito frequentemente coexistem nas mesmas regiões, potencializando seus impactos sobre a saúde e sobre a estabilidade social.

A região do **Sahel**, na África Ocidental, é utilizada para ilustrar como esses processos ocorrem simultaneamente. As temperaturas na região aumentam aproximadamente **1,5 vez mais rápido que a média global**, enquanto secas prolongadas e enchentes tornam-se cada vez mais frequentes. Como a maior parte da população depende diretamente da agricultura, essas alterações climáticas provocam perda de produtividade, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e intensificação da competição por recursos naturais. No início de 2026, estimava-

se que **2,9 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente no Sahel**, resultado da combinação entre degradação ambiental, instabilidade política e conflitos armados.

O texto reconhece, entretanto, que a relação entre mudanças climáticas e conflitos permanece objeto de debate científico. Alguns estudos apontam que desastres climáticos podem aumentar significativamente o risco de violência em países caracterizados por exclusão política, pobreza e instituições frágeis. Outros pesquisadores argumentam que não existe evidência suficiente para afirmar que eventos climáticos provoquem diretamente guerras. A conclusão apresentada é mais cautelosa: as mudanças climáticas não constituem uma causa isolada dos conflitos, mas podem aumentar sua probabilidade quando interagem com vulnerabilidades preexistentes.

Essa discussão é ilustrada pelo caso da **Síria**. Entre 2006 e 2009, o nordeste do país enfrentou uma das secas mais severas de sua história recente, provocando perdas agrícolas, dificuldades econômicas e deslocamentos populacionais. Parte da literatura considera que aproximadamente **1,5 milhão de pessoas foram deslocadas internamente**, contribuindo para expor fragilidades de governança e ampliar tensões sociais que precederam o conflito. Outros estudos, porém, contestam essa interpretação e argumentam que não há evidências suficientes para estabelecer uma relação causal direta entre a seca e o início da guerra civil. A utilização desse exemplo demonstra a preocupação em apresentar uma visão equilibrada da literatura científica, reconhecendo tanto as evidências quanto suas limitações.

Outro tema importante é a **destruição deliberada de infraestruturas críticas durante os conflitos armados**. Sistemas de abastecimento de água, saneamento, energia, gestão de resíduos e transporte frequentemente tornam-se alvos militares. A destruição dessas estruturas compromete imediatamente a saúde das populações, favorecendo surtos de doenças infecciosas, contaminação ambiental e interrupção dos serviços de saúde.

A situação da **Faixa de Gaza** é apresentada como um exemplo extremo. A destruição de sistemas de abastecimento de água, saneamento e coleta de resíduos levou ao acúmulo de lixo em áreas urbanas, aumentando o risco de disseminação de doenças e de contaminação do solo, da água e do ar. A devastação da infraestrutura também comprometeu praticamente todos os serviços públicos essenciais, dificultando qualquer resposta humanitária ou sanitária.

O relatório também analisa os impactos dos ataques à infraestrutura energética durante conflitos recentes. Bombardeios a depósitos de combustíveis e refinarias liberam grandes quantidades de hidrocarbonetos, óxidos de enxofre e compostos nitrogenados para a atmosfera, fenômeno descrito como **“chuva negra” (black rain)**. Além de aumentar a poluição atmosférica, esses contaminantes infiltram-se no solo e nos recursos hídricos, elevando o risco de doenças respiratórias, cardiovasculares e diversos tipos de câncer nas populações expostas. Paralelamente, a destruição das redes elétricas interrompe o funcionamento de hospitais, escolas, sistemas de abastecimento de água e outras infraestruturas fundamentais para a saúde pública.

A discussão se amplia para a relação entre conflitos armados, segurança energética e dependência de combustíveis fósseis. Os conflitos recentes envolvendo o Irã evidenciaram a vulnerabilidade da economia mundial diante da dependência do petróleo e do gás natural. As ameaças à navegação no Estreito de Ormuz provocaram aumentos expressivos nos preços internacionais da energia, afetando especialmente países importadores da Ásia. O caso das Filipinas ilustra essa vulnerabilidade: dependente da importação de aproximadamente 98% de

seus combustíveis provenientes do Oriente Médio, o país enfrentou um aumento de cerca de 95% nos preços dos combustíveis, levando o governo a declarar emergência energética nacional.

Ao mesmo tempo, o aumento do custo da energia repercute diretamente sobre os sistemas alimentares globais, altamente dependentes de combustíveis fósseis para produção de fertilizantes, pesticidas, processamento e transporte de alimentos. O relatório argumenta que essa dependência torna a segurança alimentar extremamente vulnerável aos conflitos geopolíticos, reforçando a necessidade de acelerar a transição para fontes renováveis de energia e sistemas agrícolas mais sustentáveis, como a agricultura regenerativa.

1.4 Entendendo os Impactos sobre a Governança e a Capacidade Institucional

O quinto capítulo do relatório aborda uma consequência frequentemente negligenciada da interação entre mudanças climáticas e conflitos armados: o enfraquecimento da governança e da capacidade institucional dos países para responder simultaneamente às crises ambientais, sanitárias e humanitárias. À medida que os conflitos se intensificam, recursos financeiros, capacidade técnica e atenção política são progressivamente desviados de setores essenciais, como saúde, assistência humanitária e adaptação climática, para investimentos em defesa e segurança. Esse redirecionamento compromete a capacidade dos governos de proteger suas populações justamente quando elas se tornam mais vulneráveis aos impactos combinados da guerra e das mudanças climáticas.

Em 2024, os gastos militares globais alcançaram aproximadamente US$ 2,7 trilhões, representando um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior, o maior crescimento registrado nas últimas décadas. Esse montante corresponde, aproximadamente, ao investimento estimado para promover a descarbonização completa do setor energético mundial. **Em contraste, estima-se que seriam necessários apenas US$ 23 bilhões para atender às necessidades humanitárias mais urgentes decorrentes de conflitos e deslocamentos forçados, valor equivalente a cerca de 1% dos gastos militares globais anuais.** Essa comparação evidencia o descompasso entre os recursos destinados à preparação para a guerra e aqueles direcionados à proteção da saúde e da vida humana.

A redução do financiamento internacional e o afastamento de importantes países de organismos multilaterais comprometem programas fundamentais de controle de doenças infecciosas, saúde materno-infantil, vigilância epidemiológica e preparação para emergências, afetando principalmente países de baixa renda que dependem desses recursos para manter seus sistemas de saúde.

O Iêmen exemplifica como conflitos prolongados comprometem simultaneamente a governança ambiental e sanitária. O país enfrenta aumento das temperaturas, alterações no regime de chuvas, desertificação, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, enquanto permanece em uma situação de conflito armado. Como consequência, as instituições públicas perderam grande parte de sua capacidade de implementar políticas de adaptação climática e de responder às necessidades da população. Atualmente, mais de 21 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária, 20,3 milhões precisam de serviços de saúde, 17,3 milhões enfrentam insegurança alimentar e 15,3 milhões carecem de acesso adequado à água, saneamento e higiene. Esse cenário demonstra como conflitos armados reduzem significativamente a capacidade adaptativa das sociedades frente às mudanças climáticas.

1.5 Impactos Agravados sobre as Populações em Situação de Maior Vulnerabilidade

Essas crises aprofundam desigualdades já existentes e atingem de forma desproporcional grupos socialmente, economicamente e politicamente vulneráveis.

Os refugiados, solicitantes de asilo e deslocados internos figuram entre os grupos mais afetados. Em campos de refugiados ou assentamentos temporários, essas populações frequentemente vivem em condições de superlotação, insegurança alimentar, acesso limitado aos serviços de saúde, falta de água potável e saneamento inadequado. Essas condições favorecem surtos de doenças infecciosas, aumentam a prevalência de desnutrição e agravam problemas de saúde mental.

O Sudão representa um exemplo dessa realidade. Desde abril de 2023, **mais de 14,5 milhões de pessoas foram deslocadas**, enquanto aproximadamente **30% das crianças em campos de refugiados apresentam desnutrição**, acompanhada de surtos recorrentes de cólera associados às precárias condições de abastecimento de água e saneamento. Além dos impactos físicos, o deslocamento prolongado produz elevados níveis de sofrimento psicológico e transtornos mentais.

Mulheres e meninas enfrentam riscos específicos decorrentes da combinação entre conflitos e mudanças climáticas. Em 2024, aproximadamente **17% da população feminina mundial vivia a menos de 50 quilômetros de um conflito armado**. A insegurança alimentar, os deslocamentos populacionais, a perda dos meios de subsistência e a interrupção dos serviços públicos aumentam o risco de violência baseada em gênero, complicações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, transtornos mentais e sobrecarga de trabalho doméstico e agrícola. Na Etiópia, por exemplo, **5,8 milhões de mulheres e meninas necessitam de serviços relacionados à violência baseada em gênero**, refletindo o agravamento das desigualdades provocado pelas crises simultâneas.

As crianças constituem outro grupo extremamente vulnerável. A exposição precoce à desnutrição está associada a consequências que persistem por toda a vida, aumentando o risco futuro de hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e síndrome metabólica. Em diversos países da África Subsaariana, secas prolongadas, enchentes e conflitos armados interrompem sistemas alimentares e serviços de saúde, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento infantil.

Os idosos também enfrentam desafios específicos devido à elevada prevalência de doenças crônicas e à menor capacidade fisiológica de adaptação. Entre refugiados sírios residentes no Líbano, **60% apresentavam hipertensão**, **47% diabetes** e **30% doenças cardiovasculares**, além de elevados níveis de depressão, ansiedade e isolamento social, agravados pela dificuldade de acesso contínuo aos serviços de saúde e aos medicamentos.

O relatório também chama atenção para a situação das populações indígenas e comunidades rurais, cuja dependência direta dos recursos naturais torna seus modos de vida particularmente sensíveis aos impactos climáticos. A perda de territórios tradicionais, a degradação ambiental e a exclusão dos processos de tomada de decisão reduzem sua capacidade de adaptação e ampliam as desigualdades em saúde.

1.6 Reconstrução Pós-Conflito e sua Pegada de Carbono

Outro capítulo apresenta uma dimensão pouco discutida dos conflitos armados: as emissões de gases de efeito estufa geradas durante a reconstrução das áreas destruídas. Embora a reconstrução seja indispensável para restaurar hospitais, escolas, moradias e infraestrutura básica, ela também demanda grande consumo de energia e materiais de construção, tornando-se uma importante fonte de emissões de carbono.

Atualmente, o setor da construção civil responde por aproximadamente **32% do consumo global de energia** e **34% das emissões globais de dióxido de carbono**, superando inclusive setores como transporte e agricultura. Após um conflito, a necessidade de remover escombros, reconstruir edifícios e restaurar áreas degradadas amplia significativamente essas emissões.

A Ucrânia é apresentada como um dos principais exemplos. Estima-se que a reconstrução da infraestrutura destruída durante a guerra poderá gerar aproximadamente 741 milhões de toneladas de CO_2 ao longo de uma década, representando um aumento de cerca de 310% em relação às emissões anuais anteriores ao conflito. Ou seja, os impactos climáticos dos conflitos continuam muito além do término das hostilidades e reforçam a necessidade de incorporar princípios de sustentabilidade aos processos de reconstrução.

Em conclusão, o relatório preconiza que paz, ação climática e fortalecimento dos sistemas de saúde podem produzir benefícios mútuos e reforçar-se reciprocamente. Em vez de tratar conflitos armados, mudanças climáticas e saúde como agendas independentes, propõe uma abordagem integrada voltada para a construção da resiliência.

Entre as principais recomendações está o fortalecimento de sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas, capazes de manter seu funcionamento durante eventos extremos e crises humanitárias. O relatório também enfatiza a necessidade de ampliar o acesso universal à energia limpa, reduzir a dependência de combustíveis fósseis, proteger a infraestrutura de saúde durante conflitos, fortalecer a cooperação internacional e aumentar a responsabilização pelas emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades militares.

Paz, saúde e ação climática não devem ser compreendidas como objetivos separados, mas como componentes de uma mesma estratégia de desenvolvimento sustentável. A construção de sociedades mais resilientes depende da integração entre políticas climáticas, fortalecimento institucional, proteção ambiental, promoção da saúde e cooperação internacional, rompendo o ciclo de vulnerabilidades que conecta mudanças climáticas, conflitos armados e crises sanitárias.

2. A crise de calor de 2026

O verão de 2026 tornou-se o pano de fundo das negociações climáticas. Um estudo do World Weather Attribution concluiu que a estação começou com temperaturas recordes e seca severa agravadas pela mudança climática causada pelo homem, criando as condições para incêndios de intensidade excepcional. A Europa aqueceu duas vezes mais rápido que o resto do planeta nos últimos 30 anos.

2.1 O contexto global: um planeta perto do limite de 1,5°C

A crise deste ano insere-se numa trajetória de aquecimento sem precedentes. A OMM confirmou que 2024 foi o ano mais quente já registrado, cerca de 1,55°C acima do nível pré-

industrial, e que os dez anos de 2015 a 2024 foram os dez mais quentes da série histórica. A atualização decenal da OMM divulgada em maio de 2026 projeta a média global entre 1,3°C e 1,9°C acima do período pré-industrial até 2030, com 86% de chance de que ao menos um ano entre 2026 e 2030 supere 2024 como o mais quente, e 91% de probabilidade de que o planeta ultrapasse temporariamente 1,5°C em pelo menos um desses anos. A previsão de um El Niño para o fim de 2026 aumenta a chance de 2027 bater novo recorde.

2.2. Europa: a onda de calor mais mortal já registrada

As ondas de calor europeias de 2026 começaram já em 22 de maio, com um pico de 40,3°C em Mora (Portugal) em 27 de maio e recordes de maio e primavera quebrados em vários países. O episódio de junho foi o evento de calor mais extremo já vivido na Europa: estimativas apontam cerca de 20.390 mortes relacionadas ao calor entre 22 e 28 de junho em todo o continente.

Dados do monitor de mortalidade EuroMOMO, apoiado pelo ECDC e pela OMS, indicam mais de 10 mil mortes em excesso em junho, das quais mais de 9 mil entre pessoas com 65 anos ou mais. O padrão meteorológico responsável foi um chamado “omega block”, que empurrou temperaturas até 18°C acima da média sazonal. Na Espanha, só maio de 2026 registrou um recorde de 101 mortes por calor, 3,6 vezes a média mensal da última década. No Reino Unido, o pico chegou a 35,1°C em Kew Gardens, com estimativas de cerca de 550 mortes entre 21 e 29 de maio e quase 2.200 entre 18 e 28 de junho na Inglaterra e no País de Gales.

2.3. Incêndios florestais e evacuações

Na semana de 28 de julho, França e Espanha lutavam contra incêndios que ardiam havia quase uma semana, ameaçados por uma nova onda de calor, seca e ventos fortes. A quarta onda de calor da França em 2026 chegou a temperaturas próximas de 40°C, e na Espanha 116 mil pessoas tiveram de deixar suas casas desde o início dos incêndios. Segundo a ONU, mais de 250 mil hectares queimaram na Europa, com 1.254 incêndios detectados desde o início de 2026. O World Weather Attribution calculou que valores de severidade de fogo como os observados na Espanha central em julho de 2026 são hoje ao menos 20 vezes mais prováveis do que num clima pré-industrial.

2.4. Ásia e norte da África

Na Índia, a estação chegou com ferocidade incomum: as temperaturas se aproximaram de 50°C, Sri Ganganagar registrou 48,2°C em 27 de maio (o ponto mais quente do planeta naquele dia) e, no pico, todas as 50 cidades mais quentes do mundo estavam em território indiano — 26 delas só em Uttar Pradesh. A demanda de energia bateu recorde de 270,82 GW em 21 de maio. Um estudo estima que um único dia de calor extremo está associado a cerca de 3.400 mortes em excesso na Índia, e que uma onda de cinco dias poderia levar a cerca de 30 mil mortes adicionais; cinco estados concentram 66% das mortes em excesso, mas respondem por apenas 29% do PIB. No fim de julho, o The Guardian relatou que a mortalidade continuava a subir e que o número real pode estar sendo subestimado.

A mesma análise da ONU registrou temperaturas próximas de 49°C no norte da África, colocando hospitais e redes elétricas sob forte pressão, e apontou que o Japão vivia sua mais longa sequência de dias a 40°C já medida, enquanto tempestades mortais atingiam o Chile.

Números-chave de 2026

- 2024 foi o ano mais quente já registrado (~1,55°C acima do pré-industrial)
- 91% de chance de ultrapassar 1,5°C em ao menos um ano até 2030 (OMM)
- ~20.390 mortes por calor na Europa (22–28 de junho)
- >250.000 hectares queimados e 1.254 incêndios na Europa desde janeiro
- 116.000 pessoas evacuadas na Espanha
- Índia: ~3.400 mortes em excesso por dia de calor extremo; pico de 270,82 GW
- Norte da África perto de 49°C; Japão com recorde de dias consecutivos a 40 °

3. Climate Week NYC 2026: escala, foco e saúde

A Climate Week NYC ocorre de 20 a 27 de setembro de 2026 e deve reunir mais de 100 mil pessoas em mais de mil eventos por Nova York. A programação abre com a Cerimônia de Abertura na segunda-feira, 21, seguida do Hub Live nos dias 21 e 22, com plenárias, breakouts e mesas-redondas executivas. O evento acontece em paralelo à Assembleia Geral da ONU e, neste ano, coincide com o Yom Kippur — algo que a organização classificou como inevitável.

O programa oficial cobre doze temas, de Energia e Finanças a Alimentação e Saúde, com questões transversais como adaptação, resiliência, liderança jovem e transição justa. O tom desta edição desloca-se da ambição para a implementação, num contexto de sistemas de energia sendo redesenhados e de demanda elétrica em alta, puxada por eletrificação, inteligência artificial e infraestrutura digital.

A saúde deixou de ser assunto lateral: a Climate Week estreou seu primeiro programa dedicado ao tema em 2024, explorando os impactos do clima na saúde, a desigualdade de desfechos entre grupos e as inovações de mitigação, ancorada na definição da OMS de que a mudança climática é a maior ameaça à saúde da humanidade. Na edição de 2025, o Resilience Hub abrigou uma sessão de saúde sobre adaptação, com patrocínio de empresas como Mercer, Elevance Health e The Hartford.

4. COP31: quando, onde e quem comanda

A COP31 será no Antalya Expo Center, na Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026. A liderança é dividida de forma inédita: a Turquia sedia e detém a Presidência, com a Austrália nomeada Presidente das Negociações (o ministro Chris Bowen) e a pré-COP a cargo do Pacífico. Murat Kurum, ministro turco do Meio Ambiente, é o presidente-designado. A Cúpula de Líderes Mundiais ocorrerá nos dias 11 e 12 de novembro — no 3º e 4º dias da conferência, e não no início, como em edições anteriores.

A escala é considerável: a Presidência espera cerca de 100 mil participantes e os 197 países-parte da UNFCCC. O espaço divide-se em duas zonas — a Zona Azul, área oficial de negociações gerida pela ONU e restrita a credenciados, e a Zona Verde, a face pública da ação climática, aberta a todos.

4.1. As dez prioridades da Agenda de Ação

A Agenda de Ação turca, batizada de "COP do Futuro", organiza-se em dez temas prioritários, tendo finanças, tecnologia e capacitação como eixos transversais:

- **Resíduo Zero** — economia circular, redução do metano de resíduos e combate à perda e desperdício de alimentos;
- **Oceanos e Mares** — resiliência de ecossistemas costeiros e marinhos e carbono azul;
- **Segurança Alimentar** — transição para sistemas alimentares sustentáveis e resilientes;
- **Cidades Resilientes ao Clima**, **Transição para Energia Limpa** e **Industrialização Verde**;
- **Juventude e Educação**, **Sinergia do Rio** e **Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes**.

O eixo de resíduo zero tem forte impulso turco: a primeira-dama Emine Erdoğan preside honorariamente a Fundação Resíduo Zero e integra o Conselho Consultivo do Secretário-Geral da ONU sobre Resíduo Zero, criado por três anos com 12 membros.

4.2. A grande novidade: a meta "35 by 35"

O carro-chefe da Agenda é a meta "35x35", apresentada em Bonn em 9 de junho: elevar a fatia da eletricidade no consumo final de energia de pouco mais de 20% hoje para 35% até 2035, o que exige eletrificar transporte, aquecimento e indústria. A iniciativa é voluntária e não vinculativa. Há ainda outras duas metas de destaque: reduzir pela metade o crescimento do lixo global até 2035 e cortar a intensidade energética dos edifícios em pelo menos um quarto.

4.3. Financiamento: a herança de Belém

A Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG), definida na COP29, compromete os países a mobilizar ao menos US$ 300 bilhões por ano até 2035 para nações em desenvolvimento, enquanto o "Roteiro de Baku a Belém rumo a US$ 1,3 trilhão" busca ampliar esse valor para US$ 1,3 trilhão anuais. O roteiro entra em fase de consolidação, com a primeira atualização de implementação prevista para a COP31. Ainda assim, análise do NRDC estima que, na trajetória atual, as fontes cobertas pela meta chegariam a cerca de US$ 427 bilhões anuais até 2035 — menos de um terço do objetivo.

4.4. Saúde na COP31

A Presidência incluiu "Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes" como tema prioritário, defendendo uma transformação estrutural que permita antecipar, absorver, adaptar-se e recuperar-se de choques climáticos. O eixo abrange infraestrutura de saúde resiliente, alerta precoce e monitoramento de surtos, ar limpo e apoio a grupos vulneráveis. A OMS, com a Wellcome, sediará o Health Pavilion na Zona Azul, com programação de duas semanas; as propostas de eventos vão até 12 de setembro. A aliança ATACH, liderada pela OMS, reúne mais de 100 países e mais de 100 parceiros.

4.5. Caretta, Startup Zone e engajamento

Para aproximar o público, a COP31 adotou como mascote a Caretta, tartaruga-cabeçuda do Mediterrâneo apresentada como embaixadora da ação climática e da "história dos mares". A conferência também estreia a primeira Startup Zone de uma COP, na Zona Verde, reunindo

startups climáticas, investidores e tomadores de decisão. No campo do financiamento privado, a Presidência firmou parceria com a Bloomberg Philanthropies para apoiar a Agenda de Ação.

4.6. Tensões na largada

Em Bonn, as copresidências de Austrália e Turquia foram criticadas por não apresentarem prioridades políticas claras, sendo a meta de eletrificação a única iniciativa concreta — e com status negociado incerto. O Greenpeace saudou a proposta, mas ressaltou que ela precisa vir acompanhada de rápida eliminação dos combustíveis fósseis para manter o limite de 1,5°C ao alcance.

5. Outros eventos ambientais das últimas duas semanas

Diplomacia rumo a Antalya. Nos dias 22 e 23 de julho, a cidade de Shamakhi, no Azerbaijão, sediou a terceira reunião informal de chefes de negociação da UNFCCC, organizada em parceria com Turquia e Austrália, com mais de 70 delegados de 34 países. O encontro tratou de financiamento climático, transição justa, adaptação, mitigação, o plano de trabalho da Presidência da COP31 e a iniciativa "Missão 1.5 rumo a Belém".

Prazos abertos. Seguem abertas até 14 de agosto de 2026 as candidaturas para Parcerias e Eventos Paralelos do Pavilhão da Turquia na COP31, e até 12 de setembro as propostas para o Pavilhão da Saúde, coordenado pela OMS.

Alerta científico e institucional. Além dos incêndios, a ONU classificou o alarme climático como soando "de todas as direções", enquanto o World Weather Attribution reforçava, em novo estudo, o nexo entre o aquecimento global e a severidade dos eventos extremos do verão de 2026 no Hemisfério Norte.